



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 13 AO CONTRATO N. 027/2017.

TERMO ADITIVO N. 13 AO CONTRATO N. 027/2017
(evento [0254602](#))

PROCESSO SEI N. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 027/2017

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 27/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS TRE-RO E A EMPRESA FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE ENGENHARIA EM PLATAFORMA BIM, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E DO NOVO FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 9552600–SSP/SP e do CPF 006.734.148-92, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, com sede na Sia Sul, Quadra 4-C, Bloco D, Loja 37, CEP: 71.200-049, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 2103-9555 e (61) 99558-6123, E-mail(s): contratos.licit@foxengenharia.com.br e fox@foxengenharia.com.br, neste ato representada por seu preposto, Senhor **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 1.944.295/SSP-DF e do CPF 277.414.946-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 9/2022-GABDG (evento [0962383](#)),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Manifestação 5/2022-COMISSÕES/CFEP (evento [0958875](#)) e Manifestação n. 7/2022-COMISSÕES/CGEP (evento [0960138](#)), celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), **por 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 31/12/2022 e data final em 28/06/2023**, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada anteriormente**, observadas todas as condições, prazos, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consistente na renovação da garantia representada pela Apólice e atualizada pelo endosso respectivos, considerando a prorrogação do prazo de vigência deste Contrato indicada no item I da Cláusula anterior deste Termo Aditivo.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, I, §1º, V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA QUARTA, Subcláusula Quarta, do Contrato nº 27/2017 (evento [0254602](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de dezembro de 2022.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI Pelo Contratante	FRANCISCO DE ASSIS VARGAS Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha	Testemunha
------------	------------

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 13 AO CONTRATO N.
27/2017/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 27/2017 (assinado em 29/12/2017) – Volume IV do PA (evento n. 0254602). Vigência de 325 dias corridos, a contar de 29/12/2017. Valor: R\$ 2.080.000,00 Garantia: 5% desse valor, com renovação a cada prorrogação.	R\$ 2.080.000,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 03/10/2018) – Volume VI do PA (evento n. 0341353): a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 76 dias corridos (a contar de 20/11/2018, e data final em 03/02/2019), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogar o prazo de execução por mais 76 dias corridos (a contar de 06/10/2018, e data final 20/12/2018), sem ônus para o Contratante.	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>2º Termo Aditivo (assinado em 10/01/2019) – Volume VIII do PA (evento n. 0382506):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 04/02/2019 e data final em 02/08/2019), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 21/12/2018 e data final em 18/06/2019), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>3º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. 0425533):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 03/08/2019 e data final em 30/12/2019), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>4º Termo Aditivo (assinado em 16/12/2019) – Volume XI do PA (evento n. 0482209):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 31/12/2019 e data final em 28/05/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 16/11/2019 e data final em 13/04/2020), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>5º Termo Aditivo (assinado em</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>09/04/2020) – Volume XI do PA (evento n. 0523088):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 29/05/2020 e data final em 24/11/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 14/04/2020 e data final em 10/10/2020), sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>6º Termo Aditivo (assinado em 24/11/2020) – Volume XVI do PA (evento n. 0614039):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 25/11/2020 e data final em 23/05/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 11/10/2020 e data final em 08/04/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>7º Termo Aditivo (assinado em 24/05/2021) – Volume XVIII do PA (evento n. 0691473):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias corridos (a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 90 dias corridos (a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>8º Termo Aditivo (assinado em 20/08/2021) – Volume XXI do PA</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>(evento n. 0728446)</p> <p>I – <u>Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017</u> (evento 0254602), por mais 131 (cento e trinta e um) dias corridos, a contar de 22/08/2021 e data final em 30/12/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – <u>Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017</u> (evento 0254602), por mais 146 (cento e quarenta e seis) dias corridos, a contar de 08/07/2021 e data final em 30/11/2021, sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>9º Termo Aditivo (assinado em 30/12/2021) – Volume XXIII do PA (evento n. 0776178)</p> <p>I – <u>Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017</u> (evento 0254602), por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 31/12/2021 e data final em 13/02/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – <u>Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017</u> (evento 0254602), por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 01/12/2021 e data final em 14/01/2022, sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>10º Termo Aditivo (assinado em 14/02/2022) – Volume XXIV do PA (evento n. 0790689)</p> <p>I – <u>Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017</u> (evento 0254602), por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 14/02/2022 e data final em 29/04/2022, sem ônus para o</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022, sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>11º Termo Aditivo (assinado em 29/04/2022) – Volume XXVI do PA (evento n. 0821446)</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 112 (cento e doze) dias corridos, a contar de 30/04/2022 e data final em 19/08/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 91 (noventa e um) dias corridos, a contar de 31/03/2022 e data final em 29/06/2022, sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>12º Termo Aditivo (assinado em 19/08/2022) – Volume XXVII do PA (evento n. 0881346)</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 132 (cento e trinta e dois) dias, a contar de 20/08/2022: 30/12/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 123 (cento e vinte e três) dias, a contar de 30/06/2022: 31/10/2022, sem ônus para o</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratante.		
13º Termo Aditivo (assinado em ___/12/2022) – Volume XXX do PA (evento n. 0962933) I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 180 (cento e oitentas) dias, a contar de 31/12/2022 e data final em 28/06/2023, sem ônus para o Contratante.	-	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 2.080.000,00
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 28/12/2022, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS, Usuário Externo**, em 29/12/2022, às 08:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 29/12/2022, às 09:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 29/12/2022, às 09:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0962933** e o código CRC **E318CA98**.

0002397-77.2017.6.22.8000

0962933v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PARECER JURÍDICO Nº 73 / 2022 - PRES/DG/AJDG

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: DIRETORIA-GERAL

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 027/2017 – Minuta de Termo Aditivo - Objeto: Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a nova sede do TRE-RO – Análise.

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo n. 027/2017 ([0254602](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. A **vigência inicial** do referido contrato foi de **325 dias**, contados a partir de 29/12/2017, e seu **prazo de execução de 275 dias** a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após prorrogações contratuais, os **termos finais dos prazos ficaram assim estabelecidos: 30/12/2022 para vigência e 31/10/2022 para a execução**, conforme Termo Aditivo n. 12 ([0881346](#)).

03. Por meio do **Ofício FOX-SE n. 078/2022** (evento [0957966](#)), a contratada registrou, em síntese, os contratemplos ocorridos e as pendências ainda existentes na entidade certificadora (GBC - Brasil) para a Certificação LEED exigida pelo contrato. Em função do quadro que desenha apresenta duas propostas à Administração:

I - **Primeira:** continuidade da certificação LEED até a emissão do relatório do projeto, cumprindo assim o que está estipulado integralmente no contrato. Para tanto, requer a prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato por mais **120 dias**, que pode ainda ser alterado por eventual pedido de reanálise pelo GBC;

II - **Segunda:** repasse da demanda da certificação LEED à construtora da obra, com a glosa do valor contratual dos serviços das certificações LEED e PROCEL. Esclarece que embora tenha já realizado despesas com essas certificações no valor de R\$ 110.158,17, **renuncia** ao recebimento do valor de **R\$ 66.300,00** que consta de sua proposta para a execução desses serviços. Pela glosa proposta, propõe então elaborar a atualização orçamentária da obra, cuja planilha foi entregue em novembro de 2021, possibilitando a este Tribunal dar continuidade no processo licitatório. Elenca todos os serviços compreendidos por essa tarefa. Esclarece que anteriormente propusera ao TRE a execução desses serviços por **R\$ 55.390,00**. Contudo, considera também os serviços que já executou para as certificações, mostrando a vantajosidade para a Administração. Para a execução dos serviços advindos da substituição proposta (certificação x atualização das planilhas orçamentárias), requer a prorrogação dos prazos por mais **60 dias**.

Trouxe ainda inúmeros documentos como anexos de seu pedido, todos juntados nas pastas XXIX e XXX deste processo.

04. Em seguida, atendendo a pedido ([0958434](#)) da Comissão de Gestão do contrato para apresentação de considerações técnicas acerca dos pedidos formulados e apresentação de alternativa que atenda razoavelmente a Administração deste Regional, a Comissão de Fiscalização apresentou as seguintes considerações ([0958875](#)):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

"I - Reitera sua posição descrita na INFORMAÇÃO Nº 3/2022 - COMISSÕES/CFEP ([0871990](#)), quando registrou que a emissão "Relatório de Retorno da Equipe de Auditoria", emitido por representante da certificado LEED - aprovando a proposta de pontuação, **é imprescindível para a conclusão do objeto contratado e consequente pagamento final da contratada;**

II - Lembra que na última solicitação acerca do LEED, a FOX Engenharia informou que os apontamentos diligenciados pela GBC Brasil **não** resultariam em alterações nos projetos. No entanto, na atual solicitação demonstra que dentre os pontos levantados pela GBC Brasil no Relatório de Revisão da Certificação LEED ([0958097](#)) remanescem itens a serem atendidos, a exemplo, o item 03 e 09, que inclusive os ajustes solicitados pela certificadora culminariam na necessidade de alteração de projetos de renovação do ar e climatização do *hall* central do prédio TRE-RO, que além dos **reflexos nos projetos** referidos, consequentemente, terá reflexos no projeto de instalações elétricas. Além disso, a nova consultoria contratada pela FOX, informa que os *"dados do relatório original deverão ser alterados para o percentual de 98 (68,36 e não 50,80) e assim estabelecer um novo dimensionamento para o reservatório de águas pluviais. Portanto será necessária a revisão do projeto para alterar o reservatório de águas pluviais, aumentando seu volume"*;

III - Que nesse novo contexto a contratada alterou consideravelmente a repercussão das possíveis interferências nos projetos em decorrência dos apontamentos da GBC Brasil, que inclusive **poderá ter reflexos no orçamento da obra**. Ademais, informa agora que *"o processo de certificação tem um prazo indefinido"*. Contudo, nesse cenário de indefinição a contratada apresenta pedido de prorrogação de 120 dias para a conclusão dos trabalhos LEED;

IV - Sobre a proposta de substituição de serviços (certificação LEED e PROCEL **X** atualização do orçamento e cronograma da obra): Em razão do histórico apresentado na execução do LEED **sugere o indeferimento do pedido**. Informa que pela análise dos anexos apresentados pela FOX não vislumbrou razões justificadas que subsidie com segurança e vantagem para este Tribunal;

V - Quanto à solicitação de prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão do LEED: não identifica fatos novos ou premissas subsequentes à apresentação da proposta do licitante, ou do protocolo inicial dos projetos junto GBC Brasil que subsidie o prazo solicitado ou justificativa para os descumprimentos dos prazos já concedidos exclusivamente para esta obrigação contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registra ainda a CFEP que desde janeiro de 2022, a contratada tem se dedicado unicamente a essa atividade de obtenção da certificação LEED, não obtendo êxito até a presente data e agora "estima" a necessidade de acréscimo de 120 dias no prazo de execução.

Esclarece que o conjunto de documentos apresentadas não deixou claro o nível de execução dessa atividade para o alcance da certificação, não possibilitando à fiscalização mensurar o grau de pendências ou estimativa de prazo de conclusão.

VI - Por fim, se manifesta nos seguintes termos:

a) Indeferimento dos pedidos de prorrogação de prazo de execução e para a substituição de serviços;

b) Notificação da contratada para manifestar-se sobre o descumprimento contratual (LEED), e a consequente sujeição a multa moratória até a entrega completa das obrigações contratuais;

c) pela prorrogação apenas do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por 180 (cento e oitenta dias) dias corridos, para fins exclusivos de:

c1) concluir análise das respostas ser entregue das diligências da CFEP;

c2) avaliar a possibilidade dos impactos nos demais projetos e as referidas reanálises;

c3) efetuar o recebimento provisória e definitivo da última etapa do contrato e;

c4) apurar a responsabilidade da empresa FOX Engenharia pelos descumprimentos contratuais;

c5) pagamentos e aplicação de possíveis glosas e penalidades contratuais."

05. Por sua vez, na Manifestação n. 7/2022 – COMISSÕES/CGEP ([0960138](#)), a Comissão de Gestão dos Projetos para construção da nova sede do TRE-RO apresentou suas considerações acerca do pedido de prorrogação da execução e vigência do Contrato 027/2017 ([0870655](#)), nos seguintes termos:

(...)

MANIFESTAÇÃO DA CGEP:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Ponto inicial a ser analisado pela Administração diz respeito à proposta apresentada pela contratada de elaboração dos serviços de atualização da planilha orçamentária e do cronograma da obra (atualmente estimada até novembro/2021) em troca dos serviços que ainda restam a ser desenvolvidos para a certificação LEED e PROCEL. Nessa proposta, essas certificações seriam transferidas à empresa que vier a construir o prédio.

05. Há dois aspectos a serem analisados. **O primeiro** diz respeito à alteração que se pretende realizar no contrato. Por certo a CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA do Contrato **possibilita** alterações, sendo os acréscimos ou supressões eventualmente necessários limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do ajuste, de acordo com a Subcláusula segunda dessa mesma cláusula e com § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93. Assim, os valores idênticos dos serviços que a contratada propõe suprimir e depois acrescer estão situados nos limites legais que podem ser ajustados entre as partes.

06. **O segundo** diz respeito à necessária manifestação de concordância da Administração vez que proposta foi iniciada pela contratada. Ocorre que a CFEP, após detida análise dos fatos e circunstâncias associadas à execução dos serviços de certificação LEED e PROCEL, os quais foram reproduzidos no relatório desta manifestação, não vislumbrou razões justificadas que subsidie com segurança vantagem a este Tribunal. Recusada a proposta de substituição dos serviços resta (certificação x atualização das planilhas orçamentárias) **resta prejudicado** o pedido de prorrogações dos prazos de execução e vigência por mais **60 dias**.

07. Quanto ao pedido de prorrogação por 120 dias do prazo de execução e vigência do contrato solicitado pela contratada para conclusão dos serviços da certificação LEED, esta Comissão de Gestão acolhe a manifestação da CFEP que não identificou fatos novos que justifiquem os descumprimentos dos prazos já concedidos exclusivamente para esta obrigação contratual.

08. **Pelo exposto** e tratando-se de questão técnica associada à execução do objeto, esta Comissão de Gestão acolhe integralmente a Manifestação CFEP n. 5/2022 ([0958875](#)) e manifesta-se nos seguintes termos:

I - Pelo indeferimento da proposta apresentada pela contratada de elaboração dos serviços de atualização da planilha orçamentária e do cronograma da obra (atualmente estimada até novembro/2021) em troca dos serviços que ainda restam a ser desenvolvidos para a certificação LEED e PROCEL - que seriam então transferidos à empresa construtora da obra - justificada pela ausência comprovada de vantagem à Administração na substituição proposta pela contratada e, ainda pelo fato de que o contexto agora anunciado pela contratada poderá gerar repercussões e interferências nos projetos em decorrência dos apontamentos da GBC Brasil, que inclusive **poderá ter reflexos no orçamento da obra**;

II - Pelo indeferimento do pedido de prorrogação por 120 dias do prazo de execução e vigência do contrato solicitado pela contratada, vez que a CFEP que não identificou fatos novos que justifiquem os descumprimentos dos prazos já concedidos exclusivamente para esta obrigação contratual;

III - Notificação da contratada para manifestar-se sobre o descumprimento da obrigação prevista na Cláusula Segunda do Contrato, item B - Elementos da Contratação - item 5: Obtenção de Certificação LEED Silver e ENSI-Classe "a" do Programa PROCEL, combinada com a conduta descrita na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, Subcláusula Primeira, item 4: Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida, podendo ser aplicadas as sanções ali previstas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Pela possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta dias) dias corridos, para fins exclusivos de:

- a) concluir as análises das respostas às diligências da CFEP;
- b) avaliar a possibilidade dos impactos nos demais projetos e as referidas reanálises;
- c) efetuar o recebimento provisório e definitivo da última etapa do contrato e;
- d) apurar a responsabilidade da empresa FOX Engenharia pelos descumprimentos contratuais;
- e) pagamentos e aplicação de possíveis glosas e penalidades contratuais.

09. Nesses termos, caso assim entenda a Administração:

I - o prazo de 180 dias corridos deverá ser acrescido ao atual prazo de vigência do contrato atualmente fixado para 30/12/2022, na forma do TERMO ADITIVO n. 12 AO CONTRATO 027/2017 ([0881346](#)): **Novo prazo de vigência: 28/06/2023;**

II - Caso deferida a prorrogação nos moldes aqui sugeridos deverá a contratada, em cumprimento ao ITEM I da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017, alterada pela CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO N. 12, **renovar**, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do novo termo aditivo, a **garantia** representada pela Apólice contida no evento [0277229](#), atualizada pelo endosso juntado no evento [0894574](#), com atual vigência até 30/03/2023 e que deverá ter novo termo final em 30/03/2023, ou seja **26/09/2023**, 90 dias após o término da vigência contratual, de acordo com a Cláusula Sétima do ajuste originário.

06. Recebido os autos na SAOFC, de acordo com o Despacho n. 3664/2022 – GABSAOFC ([0960262](#)), o secretário da SAOFC, considerando as manifestações da **CFEP e CGEP relatadas**, determinou o envio do processo à SECONT para elaboração da minuta de Termo Aditivo e à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico.

07. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 13º Termo Aditivo ao Contrato n. 27/2017 ([0960377](#)). Pela Remessa n. **533/2022** - SECONT ([0960378](#)), os autos chegam a AJSAOFC, oportunidade na qual o assessor jurídico, em observância do princípio da segregação de funções, lembrou seu impedimento para atuar na análise jurídica deste processo devido sua atuação atual como membro da Comissão Especial de Gestão do Contrato 27/2017, nos termos da Portaria GAB/DG n. 83/2020. **É o breve e necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002397-77.2017.6.22.8000) até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

13. Há um requerimento expresso da contratada que diz respeito a sua proposta de elaboração dos serviços de atualização da planilha orçamentária e do cronograma da obra (atualmente estimada até novembro/2021) em troca dos serviços que ainda restam a ser desenvolvidos para a certificação LEED e PROCEL. Nessa proposta, essas certificações seriam transferidas à empresa que vier a construir o prédio. Embora haja previsão no contrato, na redação expressa da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA que **possibilita** alterações no objeto do contrato por meio de acréscimos ou supressões eventualmente necessários e limitados ao patamar de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do ajuste - nos termos da Subcláusula segunda dessa mesma cláusula e com § 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93. Essa faculdade,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contudo, **não representa um direito subjetivo da contratada**. Isso porque pode ser decidida de forma **unilateral pela Administração**, no exercício dos poderes especiais conferidos pelas cláusulas exorbitantes que integram o regime jurídico dos contratos administrativos, ou mediante a necessária manifestação de concordância do ente público, ou seja pelo acordo entre as partes, vez que a proposta foi iniciada pela contratada.

14. Ocorre que a Comissão de Fiscalização do contrato, coletivo com conhecimento especializado e, portanto, habilitado para valorar as questões de ordem técnica associadas à execução do objeto, após analisar os fatos trazidos pela contratada, principalmente em relação ao estágio atual dos serviços da certificação LEED e possíveis desdobramentos sobre os demais projetos da obra, não vislumbrou razões justificadas que atestassem com segurança a vantagens para o Tribunal na aceitação da proposta da contratada ([0958875](#)). Tal linha de raciocínio foi acolhida também pela Comissão Gestora do contrato ([0960138](#)).

15. Nesses termos, pouco há a acrescentar. Afastado eventual direito subjetivo em relação à pretensão de alteração dos serviços, na forma proposta pela contratada, restaria o necessário assentimento da Administração para sua materialização. Não havendo, na forma exposta pelas unidades fiscalizadora e gestora do contrato, tem-se que a pretensão de substituição dos serviços restantes da certificação LEED pela atualização das planilhas orçamentárias e cronograma da obra deverá ser indeferida por ausência de interesse público. Recusada a proposta **resta prejudicado** o pedido de prorrogação dos prazos de execução e vigência por mais **60 dias**.

16. De forma alternativa, a Comissão de Fiscalização se manifestou pela notificação da contratada para pronunciar-se sobre o descumprimento contratual em relação à certificação LEED. Sugere, ainda, a prorrogação **apenas** do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais **180 (cento e oitenta dias) dias corridos**, para fins exclusivos de concluir análise das respostas das diligências da CFEP; avaliar a possibilidade dos impactos nos demais projetos e as referidas reanálises; efetuar o recebimento provisório e definitivo da última etapa do contrato; apurar a responsabilidade da empresa FOX Engenharia pelos descumprimentos contratuais e pagamentos e aplicação de possíveis glosas e penalidades contratuais. Tais encaminhamentos foram acolhidas pela Comissão de Gestão.

17. Quanto à **prorrogação do prazo de vigência** do contrato, solicitada por manifestação expressa da Comissão de Gestão do Contrato (Manifestação n. 7/2022 – CGEP - [0960138](#)), entendida



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como necessária à realização de diversas tarefas associadas ao recebimento do objeto e mesmo para apuração de eventuais responsabilidades pelos descumprimentos noticiados, tem-se que o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado. Resta pendente a conclusão dos serviços de certificação LEED. A contratada alega que decorreu, principalmente, pela demora na análise pela unidade certificadora. Há ainda reflexos nos projetos decorrentes das últimas diligências pedidas pela unidade certificadora. Portanto, há no processo justificativas que possibilitam a prorrogação pretendida, ademais com previsão contratual na **Subcláusula Quarta da CLÁUSULA QUARTA** do Ajuste firmado com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93.

18. O Contrato n. 27/2017 ([0254602](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SÉTIMA - A Contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e alteração, observados ainda os seguintes requisitos:

(...)

19. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

20. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). **Diz, ainda, as deliberações do TCU:**

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. Nessa linha, deverá a contratada ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada para a cobertura das obrigações, adequada ao novo prazo de vigência, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SÉTIMA do Ajuste, já sistematizada na CLÁUSULA SEGUNDA da minuta trazida ao processo pela SECONT

IV – CONCLUSÃO

22. Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações técnicas da CFEP ([0958875](#)) e da Comissão de Gestão do Contrato ([0960138](#)), esta unidade jurídica **opina:**

I - Pelo indeferimento da proposta apresentada pela contratada de elaboração dos serviços de atualização da planilha orçamentária e do cronograma da obra (atualmente estimada até novembro/2021) em substituição aos serviços que ainda restam a ser desenvolvidos para a certificação LEED e PROCEL - que seriam então transferidos à empresa construtora da obra - justificada pela ausência comprovada de vantagem à Administração na alteração proposta pela contratada pelo fato de que o contexto agora anunciado pela contratada em relação à certificação LEED poderá gerar repercussões e interferências nos projetos em decorrência dos apontamentos da GBC Brasil, que inclusive **poderá ter reflexos no orçamento da obra;**

II - Pela notificação da contratada para manifestar-se sobre o descumprimento da obrigação prevista na Cláusula Segunda do Contrato, item B - Elementos da Contratação - item 5: Obtenção de Certificação LEED Silver e ENSI-Classe "a" do Programa PROCEL, combinada com a conduta descrita na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, Subcláusula Primeira, item 4: Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida, podendo ser aplicadas as sanções ali previstas caso comprovado o descumprimento injustificado;

III - Pela possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta dias) dias corridos, com fundamento na **Subcláusula Quarta da CLÁUSULA QUARTA** do Ajuste firmado com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93, para fins exclusivos de:

a) concluir as análises das respostas às diligências da CFEP;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) avaliar a possibilidade dos impactos nos demais projetos e as referidas reanálises;
- c) efetuar o recebimento provisório e definitivo da última etapa do contrato e;
- d) apurar a responsabilidade da empresa FOX Engenharia pelos descumprimentos contratuais;
- e) pagamentos e aplicação de possíveis glosas e penalidades contratuais.

O prazo de 180 dias corridos deverá ser acrescido ao prazo de vigência do contrato atualmente fixado para 30/12/2022, na forma do TERMO ADITIVO n. 12 AO CONTRATO 027/2017 ([0881346](#)): **Novo prazo de vigência: 28/06/2023.**

Caso deferida a prorrogação nos moldes que constam deste parecer, deverá a contratada, em cumprimento ao ITEM I da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017, alterada pela CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO N. 12, **renovar**, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do novo termo aditivo, a **garantia** representada pela Apólice contida no evento [0277229](#), atualizada pelo endosso juntado no evento [0894574](#), com atual vigência até 30/03/2023 e que deverá ter novo termo final em **26/09/2023**, 90 dias após o término da vigência contratual, de acordo com a Cláusula Sétima do ajuste originário.

23. Quanto à minuta do 13º (décimo terceiro) termo aditivo juntada aos autos ([0960377](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

À consideração da unidade superior.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 21/12/2022, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0960699** e o código CRC **FCE98D4F**.

0002397-77.2017.6.22.8000

0960699v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

Processo: 0002397-77.2017.6.22.8000

Interessado: Tribunal Regional Eleitoral

Assunto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 27/2017.

DECISÃO Nº 9 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Vistos.

Trata o feito da gestão do contrato firmado com a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de projeto completo de engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede deste Tribunal e do novo Fórum Eleitoral da capital, conforme Contrato n. 27/2017 ([0254602](#)).

Vieram os autos a esta Presidência para deliberação sobre pedido de prorrogação do prazo da vigência contratual, ante à iminência de seu término e a pendência de conclusão do objeto, conforme solicitação contida no Ofício 00078/2022 - FOX-SE e anexos ([0957966](#)) e as manifestações da Comissão de Fiscalização de Elaboração de Projetos (CFEP) ([0958875](#)) e da Comissão de Gestão de Elaboração de Projetos (CGEP) ([0960138](#)).

Sinteticamente, a contratada apresentou duas propostas a esta Administração:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - **Primeira:** continuidade da certificação LEED até a emissão do relatório do projeto, cumprindo assim o que está estipulado integralmente no contrato. Para tanto, requer a prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, que pode ainda ser alterado por eventual pedido de reanálise pelo GBC;

II - **Segunda:** repasse da demanda da certificação LEED à construtora da obra, com a glosa do valor contratual dos serviços das certificações LEED e PROCEL. Esclarece que embora tenha já realizado despesas com essas certificações no valor de R\$ 110.158,17 (cento e dez mil cento e cinquenta e oito reais e dezessete centavos), renuncia ao recebimento do valor de R\$ 66.300,00 (sessenta e seis mil e trezentos reais) que consta de sua proposta para a execução desses serviços.

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) opinou pelo indeferimento da proposta apresentada pela contratada, bem assim pela possibilidade jurídica de prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta dias) dias corridos, com fundamento na Subcláusula Quarta da CLÁUSULA QUARTA do ajuste firmado com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93, nos termos do Parecer Jurídico n. 73 ([0960699](#)). Na oportunidade, também aprovou a minuta do décimo terceiro aditivo ao contrato, juntada no evento n. [0960377](#).

Da mesma forma, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) opinou favoravelmente à prorrogação pretendida ([0960856](#)).

Por fim, a Diretoria-Geral (DG) manifestou pela autorização da prorrogação dos prazos de vigência ([0961002](#)).

É o relatório.

Passo à análise e deliberação quanto à prorrogação do Contrato Administrativo n. 27/2017, pactuado entre este Regional e a empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA em 29/12/2017 ([0254602](#)).

A proposta de nova prorrogação pode ser assim resumida ([0960377](#)):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Prazo de vigência

I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento n. [0254602](#)), por 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 31/12/2022 e data final em 28/6/2023, sem ônus para o Contratante.

II - Renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de dez dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, cujo novo termo final se dará em 26/9/2023, 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, de acordo com a Cláusula Sétima do ajuste originário e com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#).

Como mencionado pela AJDG e pela DG ([0960699](#) e [0961002](#)), a prorrogação se justifica pela necessidade da conclusão de diversas tarefas associadas ao recebimento do objeto, bem como para apuração de responsabilidades pelos eventuais descumprimentos noticiados, sendo que o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado. Com efeito, está pendente a conclusão dos serviços de certificação LEED, havendo ainda reflexos nos projetos decorrentes das últimas diligências pedidas pela unidade certificadora.

Desse modo, há no processo justificativas que possibilitam a prorrogação pretendida, ademais, com previsão contratual na Subcláusula Quarta da CLÁUSULA QUARTA do ajuste firmado com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93.

Sob o aspecto jurídico, é pacífico o entendimento pela possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto.

No caso dos autos, a pretensão possui fundamento no disposto no art. 57, § 1º, inciso V, da Lei das Licitações:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

Ademais, a possibilidade de prorrogação está prevista no respectivo contrato, na cláusula quarta, subcláusula quarta, conforme segue: *Os prazos estabelecidos nesta Cláusula podem vir a ser prorrogados, nos termos do artigo 57, inciso I, e seus §§º, todos da Lei n. 8.666/93.*

A proposta da Comissão de Fiscalização ([0958875](#)) e da Comissão de Gestão ([0960138](#)) é de que o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 seja prorrogado até 28 de junho de 2023, com indeferimento da proposta apresentada pela contratada, uma vez que não se vislumbrou razões justificadas que subsidie com segurança vantagem a este Tribunal, de modo que as justificativas apresentadas são razoáveis.

Além disso, tendo em vista os valores pagos pela Administração e as entregas realizadas pela contratada, constata-se que a não prorrogação dos prazos de vigência poderia ensejar prejuízos e transtornos a este Tribunal.

Com estas considerações, acolhendo as manifestações da CFEP ([0958875](#)) e da CGEP ([0960138](#)); o Parecer Jurídico da AJDG ([0960699](#)), a Manifestação da SAOFC ([0960856](#)) e a Manifestação da DG ([0961002](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a necessidade e utilidade para esta Administração:

a) indefiro a proposta apresentada pela contratada de elaboração dos serviços de atualização da planilha orçamentária e do cronograma da obra em substituição aos serviços que ainda restam a ser desenvolvidos para a certificação LEED e PROCEL, justificada pela ausência comprovada de vantagem à Administração;

b) autorizo, excepcionalmente, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 27/2017 ([0254602](#)), ficando prazo de vigência prorrogado por mais 180 dias (cento e oitenta dias) corridos, a contar de 31/12/2022, com data final de 28/6/2023, sem ônus para este Tribunal, com fundamento no art. 57, inciso I, § 1º, inciso V, da Lei n. 8.666/93, e na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do instrumento contratual, condicionada à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, para fins exclusivos de:

I) concluir as análises das respostas às diligências da CFEP;

II) avaliar a possibilidade dos impactos nos demais projetos e as referidas reanálises;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III) efetuar o recebimento provisório e definitivo da última etapa do contrato e;

IV) apurar a responsabilidade da empresa FOX Engenharia pelos descumprimentos contratuais; e

V) pagamentos e aplicação de possíveis glosas e penalidades contratuais.

c) determino a notificação da empresa contratada para:

I) manifestação sobre o descumprimento da obrigação prevista na Cláusula Segunda do Contrato, item B - Elementos da Contratação - item 5: Obtenção de Certificação LEED Silver e ENSI-Classe "a" do Programa PROCEL, combinada com a conduta descrita na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, Subcláusula Primeira, item 4: Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida, podendo ser aplicadas as sanções ali previstas caso comprovado o descumprimento injustificado; e

II) renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de dez dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, cujo novo termo final se dará em 26/9/2023, 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, de acordo com a Cláusula Sétima do ajuste originário e com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#).

À DG e à SAOFC, para ciência e cumprimento desta decisão.

Porto Velho, 27 de dezembro de 2022.

Assinado de forma digital por:
Desembargador KIYACHI MORI
Presidente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 27/12/2022, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0962383** e o código CRC **3FC43027**.